CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 064/88 - Apenso DoC. nº 159/99/88

INTERESSADO: Marcelo Venditelli Camargo

ASSUNTO: Recurso - contra decisão do Conselho de Classe EEPG
"Profª Yolanda Ascêncio"/CAPITAL

RELATOR: Consº Ubiratan D'Ambrosio

PARECER CEE Nº 344/88 APROVADO EM 04/05/88

CONSELHO PLENO

1-HISTÓRICO:

Em requerimento datado de 28-12-87, o Sr. Sylvio Rocha Camargo dirigiu-se ao Conselho Estadual de Educação, em grau de recurso, contra a decisão do Conselho de Classe da EEPG "Profª Yolanda Ascêncio" da D.E. de São Caetano do Sul, que reteve seu filho, Marcelo Venditelli Camargo, na 8ª série do 1º grau em três componentes curriculares (Português, Matemática e História), impedindo sua participação no processo de recuperação final.

Inicialmente, o progenitor solicitou junto à Diretoria da citada escola a reconsideração da avaliação do aluno em tela. Porém, a direção da unidade escolar indeferiu o pedido, por este ter sido entregue fora do prazo legal estabelecido no artigo 2ª da Resolução S.E. 235, de 26-09-87. A divulgação dos resultados finais no estabelecimento de ensino foi dada no dia 10-12-87 e o expediente foi protocolado no dia 15/12/87.

O aluno obteve em História os conceitos C, C, D e C nos bimestres e conceito final C, caracterizando-se discrepância entre as citadas menções. O interessado foi encaminhado para apreciação do 1º Conselho de Classe e este retificou o conceito final C, dado pela professora, para D. Assim, o aluno em tela que já havia ficado para recuperação final em dois outros componentes curriculares (Português e Matemática), foi considerado retido por decisão daquele Colegiado.

Antes a negativa da direção escolar, o progenitor requereu à Delegacia de Ensino de São Caetano do Sul, revisão do assunto justificando como segue:

1 - no dia da reunião do Conselho de Classe, a professora da referida disciplina não compareceu;

2 - houve duas reuniões de Pais e Mestres durante o ano, e na segunda, a Professora Coordenadora informou que o seu

filho ficaria em recuperação de Matemática e Português. Porém, o assunto predominante desta reunião foram detalhes da festa de formatura;

3- o seu pedido de reconsideração foi entregue fora do prazo por desconhecimento do artigo 2º da Res. 235, pois, esta, em momento algum, foi citada na escola;

4- esta não é a primeira vez que acontece uma decisão confusa, pois o interessado foi retido apenas em Inglês, anteriormente, e, quando solicitada para justificar o ocorrido, a direção da escola alegou que as provas haviam sido perdidas.

A Sra. Supervisora da Delegacia de Ensino de São Caetano do Sul, após verificar a situação, manifestou-se como segue:

"1) a Professora, mesmo não estando presente ao 1º Conselho de Classe, opinou através do seu conceito C final, dado ao aluno. A sua ausência ocorreu por motivo de saúde e, por lei, o funcionário tem direito à falta abonada. No dia em que se deu o referido Conselho, estavam presentes seis professores, portanto, com mais de 50% do número de Professores da classe;

2) a escola reuniu os pais nos três primeiros bimestres do ano, conforme, consta em caderno devidamente assinado pelo pai ou pessoa da família;

3) o pedido de reconsideração foi entregue fora do prazo, nos termos do artigo 6º da Res. S.E. 235, fator não relevante, uma vez que verificada a ficha individual do aluno junto à escola foi constatado o seu baixo rendimento nas disciplinas Português e Matemática, durante o ano, com conceito D nos bimestres e menção final também D;

4) considerando que, com tais conceitos seria temerário enviar o aluno para estudos finais de recuperação, pois seu aproveitamento é muito inferior ao desejado em disciplina como Matemática e Português, não teria condições de recuperação, uma vez que, durante o ano, o interessado não teve aproveitamento superior a D. Pedagogicamente, o aluno estava retido nas disciplinas em questão. O aluno não teria condições de recuperar em cinco dias, todo conteúdo do ano, em Matemática e Português."

A Sra. Delegada de Ensino acolheu o parecer da Supervisão mantendo a decisão do Conselho de Classe.

O Sr. progenitor dirige-se desta vez à Presidência do Conselho Estadual de Educação, solicitando a sua intervenção no caso, apresentando novos argumentos, entre eles os abaixo relacionados:

1 - sobre os conceitos de Português e Matemática, a grande maioria dos alunos da 8ª C encontram-se nas mesmas condições que seu filho, inclusive na disciplina História. Contudo, o único retido no Conselho foi seu filho;

2 - porque, apenas, seu filho não teria condições de se recuperar em cinco dias naquelas disciplinas, discriminando-o perante outros alunos, se o seu empenho em casa, juntamente com os colegas, foi intenso?

A Sra. Diretora através de ofício nº 1/88, encaminhou documento à Delegacia de Ensino (relacionados às fls. 13 do processo anexo) para a devida apreciação e análise do Registro e Controle do Rendimento Escolar - Média final, e a ata da reunião do Conselho de Classe (1ª etapa). A Delegada de Ensino informa não ter constatado tratamento diferenciado ao aluno em relação aos demais, pois "não houve caso semelhante ao seu".

O expediente veio ao Colegiado através do Gabinete do Sr. Secretario, pois tendo sido o recurso negado ao nível de Delegacia, o Sr. Progenitor solicitou intervenção do C.E.E.

2- APRECIÇÃO:

Tratam os autos de recurso interposto pelo progenitor de Marcelo Venditelli Camargo contra a decisão do Conselho do Classe que, ao retificar o conceito final de História de C para D, acarreta sua retenção na 8ª série, uma vez que o interessado já havia sido encaminhado para recuperação final em outros dois componentes curriculares: Português e Matemática.

Ficou previsto no artigo 14 da Lei 5692/71, a autonomia do Professor e da escola quanto à verificação do rendimento escolar.

O Decreto nº 10.623 de 26/10/77, que aprovou o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º grau estabeleceu: a) no artigo 29, as atribuições do Conselho de Classe; b) aos artigos 74-

ao 91, que correspondem ao Capítulo III, a verificação do rendimento escolar.

Pela documentação anexada aos autos, verifica-se que a escola atendeu as formalidades legais no que diz respeito à avaliação do aproveitamento ao longo do ano letivo, ao número de instrumentos avaliatórios no bimestre, a realização de Conselhos de Classe para detectar causa de defasagem após os períodos avaliatórios.

Embora tenha havido um rigor excessivo quanto a cumprir o prazo para interposição de recurso, não houve prejuízo daí decorrente. Como bem foi observado na Delegacia de Ensino, o baixo-rendimento do aluno, nas disciplinas básicas Português e Matemática, foi insuficiente, no julgar dos professores. De fato, durante todo o ano, o aluno não passou de "D". Dificilmente, uma recuperação de cinco dias poderia compensar desempenho tão pobre. Se bem que tenha revelado alguns conceitos "A" e "D"; isto aconteceu em disciplinas que demandam pouca utilização de Português e de Matemática. Todos os indicadores, como se pode inferir no quadro cuidadosamente elaborado pelo -A.T., mostram que nas disciplinas que demandam facilidade de escrever o aluno foi mal.

Ademais, é importante que este Conselho, ao mesmo tempo esteja alerta para injustiças e possíveis atos discriminatórios, que existem e prestígio o sistema escolar, sobretudo o professor em sala de aula. A acolhida de recursos em casos liminares, sem qualquer indicação de ter havido injustiça, discriminação, desleixo ou mesmo descaso, como é o caso em pauta, somente acarretará perturbações e, possivelmente, mesmo o colapso do sistema escolar. Prestigiar professores e estabelecimentos nas suas decisões é algo que deve pautar a orientação deste Conselho, preservado, como dissemos acima, seu alerta para distorções flagrantes. No caso em pauta, não se evidencia qualquer distorção de comportamento de professores ou de escola, simplesmente um possível caso de professor mais rigoroso.

3-CONCLUSÃO:

À vista do exposto, indefere-se o pedido do progenitor de Marcelo Venditelli Camargo, no sentido de que seja concedida ao aluno nova avaliação de rendimento escolar nas matérias em que foi reprovado na 8ª série do 1º grau da EEPG "Professora Yolanda Ascêncio, no ano letivo de 1987.

São Paulo, 12 de abril de 1988.

a) Ubiratan D'Ambrosio
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 04 de maio de 1988.

a) Consº Francisco Aparecido Cordão
Vice-Presidente em Exercício